

Propostas pedagógicas do ensino da cultura indígena e cultura afro-brasileira para do Ensino Médio a partir da disciplina de Sociologia

Priscila Farfan Barroso¹

Introdução

A Lei 10.639/03 é pioneira na proposição da inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas. Posteriormente, a Lei 11.645/08 atualiza suas diretrizes incluindo também a história indígena como componente curricular fundamental a fim de reforçar o ensino sobre a formação da população brasileira levando em consideração essas duas etnias. Sendo essa uma diretriz de política pública, a qual os professores da rede de ensino fundamental, ensino médio de escolas públicas e privadas precisam se familiarizar, este artigo pretende analisar algumas possibilidades pedagógicas para se trabalhar essas duas temáticas no âmbito do Ensino Médio na disciplina de Sociologia.

Apesar de essa não ser uma das disciplinas destacadas pelas leis em questão², o estudo da sociedade trabalha diretamente com a noção da alteridade e o com conceito de relativismo cultural, que atrelados às temáticas propagadas pelas duas leis acima podem sensibilizar os alunos e alunas para lidarem com a diversidade cultural existente no Brasil desde sua formação populacional. Soma-se a isso, o contexto de discussão das cotas raciais e também a distribuição de terras para indígenas para minimizar a dizimação dos índios, e assim, da sua cultura. Ou seja, questionar-se sobre o preconceito, a discriminação e o racismo vigente na sociedade brasileira é o dever da disciplina Sociologia.

A cultura é um atributo humano e não podemos considerar uma melhor que a outra, apenas diferente. Logo, para compreendermos essas diferenças entre as culturas dos povos europeus, dos afro-descendentes e dos indígenas que compõem o povo brasileiro, precisamos

¹ Trabalho de conclusão do Pós-Graduação em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio na Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do Prof. José Carlos Martinez Belieiro Júnior.

² As disciplinas destacadas pelas duas leis são as da área de Educação Artística, Literatura e Histórias Brasileiras.

estudar a noção de cultura afundo. Segundo Laraia, compreender a cultura como conceito antropológico é “estudar um código de símbolos partilhados pelos membros da cultura.” (1986, p.64). Por isso precisamos nos munir de propostas pedagógicas que dêem conta de apresentar esses símbolos da vida social que são propagados pela cultura indígena e pela cultura africana no Brasil. Não basta comentar com os estudantes os elementos que geraram a miscigenação da população brasileira, como feijoada feita pelos negros escravizados ou uso da mandioca na alimentação indígena (FREYRE, 2013), é preciso que apresentemos a riqueza da cultura afro e da cultura indígena como uma rede de simbolismos complexos e ricos que também compõe a nossa cultura e que nem sempre está em evidência.

Provocar a imaginação sociológica através da capacidade de reconhecer novos sentidos da vida social e relacionar ao modo de ser do indivíduo que somos hoje não é tarefa fácil. Desta maneira, os professores como mediadores desses conhecimentos sobre outras culturas necessitam apreender e aprender novas formas apresentar essas culturas aos alunos e alunas de Ensino Médio de modo a construir possibilidades técnicas para o trabalho didático. De acordo com Sarandy:

Por técnica de ensino entendo um conjunto prático de procedimentos que se escolhe para conduzir uma determinada atividade de ensino. Numa mesma aula pode ser utilizada mais de uma técnica, dependendo do direcionamento que o professor pretende dar ao estudo. (2012, p. 28)

Logo, busca-se sair da aula expositiva e relatar propostas de experiências pedagógicas que extrapolem a descrição sobre o Outro e que aproximem os estudantes de Ensino Médio dos simbolismos pertencentes aos códigos sociais da cultura afro e da cultura indígena através da disciplina de Sociologia. O foco é a discussão dos recursos utilizados que potencializam o processo de ensino aprendizagem, e não o impacto da proposta pedagógica realizada juntos aos estudantes. Essa reflexão metodológica permite “desnaturalizar” o conhecimento sobre o início da formação da população brasileira a partir da vinda dos europeus ao continente americano, e dar crédito aos índios e cultura africana pela constituição cultural brasileira.

Sociologia e seus fundamentos numa certa escola

A partir da experiência como docente numa escola agro-técnica do Sul do país, onde os estudantes cursam o Ensino Médio concomitante com ao Curso Técnico escolhido, sabe-se que a disciplina de Sociologia é obrigatória para compor o currículo de formação. Esta

matéria é dada em um período por semana nos curso de Agropecuária, Agroindústria e Vestuário e em dois períodos para os alunos e alunas do curso de Meio Ambiente, essa diferenciação se dá pela amplitude dos cursos em questão. Cada período tem quarenta e cinco minutos. As aulas são ministradas pela manhã ou pela tarde. As turmas têm por volta de 25 estudantes mesclando homens e mulheres entre 16 e 18 anos.

Tendo como base as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, na seção sobre Conhecimento de Sociologia (BRASIL, 2014), os professores da instituição definiram as ementas da disciplina por ano cursado: primeiro, segundo e terceiro. Sendo assim, é na ementa do segundo ano que encontramos a temática discutida neste artigo. Ali, os conteúdos programáticos da instituição destacam:

.....

4.1. As relações sociais e raciais no Brasil.

4.2. Cultura: Conceitos de cultura; Cultura Popular e erudita; Imperialismo Cultural; Identidade e diferença; Patrimônio cultural; Multiculturalismo (Raça, etnia, etnocentrismo); Contracultura; Cultura Afro-Brasileira; e a Cultura indígena.

.....

Pode-se dizer que o professor tem certa autonomia no modo de ministrar o conteúdo em suas aulas, entretanto levam-se em consideração os estímulos oferecidos pela rede de ensino para qualificação continuada, os recursos disponíveis na escola e também as habilidades do docente para se aperfeiçoar e planejar situações didáticas que permitam cumprir o proposto na ementa. Esse trabalho pedagógico não se dá de forma improvisada e neutro, e sim de modo articulado ao encadeamento de cada aula planejada durante o trimestre do ano corrente. Sendo assim, Padilha reforça:

Lembramos que realizar planos e planejamentos educacionais e escolares significa exercer uma atividade engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade. Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja. (2001, p. 63)

Proposta pedagógica para cultura afro-brasileira

Ainda é comum ouvir que não há racismo no Brasil, pois estamos numa democracia racial e somos todos iguais³, como inferiu Freyre (2013). Contudo, essa afirmação não é verdadeira, e se prestarmos atenção nas reportagens recentes⁴ perceberemos que deveríamos ser tratados como iguais, mas, de fato, não somos, o que nos faz concluir que essa aparente democracia é um mito. Explicitar e problematizar as desigualdades de tratamento dispensada pela nossa sociedade a quem é “diferente” do padrão imposto⁵ também é papel da Sociologia. Mesmo não sendo um assunto simples de tomar para si, às vezes até dolorido, é preciso enfrentar e encontrar maneiras de apresentar essa discussão.

A sensibilização desse tema através dos mecanismos audiovisuais permite que os estudantes possam acessar o conteúdo a partir de uma situação-problema sugerida pelo enredo e história do documentário num curto espaço de tempo. O documentário proposto é intitulado “Vista minha pele”, de Joel Zito do Araújo feito em 2003⁶ e tem por volta de 25 minutos, o que permite ao professor apresentar a narrativa e ainda discutir os pontos concernentes ao tema da discriminação étnica. Esse vídeo propõe a inversão do que acontece na sociedade brasileira, no qual a maioria afrodescendente é privilegiada e discrimina as pessoas brancas que compartilham do mesmo cotidiano.

Assim, este documentário faz com que os alunos e alunas pratiquem a alteridade ao se imaginar na pele do Outro para perceber o que é oprimir e o que é ser oprimido. Espera-se que a explicitação da situação de discriminação torne possível repensar comportamentos e até mesmo modificar o modo tratamento desigual na sociedade, pois como discute Teixeira a intenção do diretor documentário é uma “estratégia discursiva no intuito de fomentar um repensar da alteridade do ponto de vista social e étnico... [e por isso]... inverter a lógica histórica, para atestar uma desconfiguração no processo de representação” (2012).

Esse preconceito da sociedade brasileira, que ratifica a política de branqueamento no Brasil e prefere usar o termo “moreninha” ao invés de “negra” também se dá pelos nossos referenciais históricos em gerais. Na época da infância, as bonecas propagandeadas pela mídia

³ A ideia de democracia racial infere que não há tratamento diferenciado entre pessoas proveniente de condições étnicas-raciais diferentes. Entretanto, o racismo ainda se mostra presente, por isso essa afirmação somente maquiaria o que realmente acontece no cotidiano da população brasileira.

⁴ Reportagem sobre “Goleiro Aranha é o alvo de ofensas racistas na Arena do Grêmio” http://esportes.terra.com.br/santos/goleiro-aranha-e-alvo-de-ofensas-racistas-na-arena-do-gremio_a35122e4c2f18410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html

⁵ Valoriza-se o padrão europeu, tanto no que se refere as características físicas como culturais.

⁶ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM>

são brancas⁷, as apresentadoras de programas são brancas, loiras e de olhos azuis⁸ e os livros oferecidos têm personagens principais brancos⁹. Como explicita Arena e Lopes:

Sem representações positivas, as crianças negras passam por um doloroso processo de negação de sua própria etnia. Alguns livros ainda trazem a associação do negro à dor e à pobreza, e assim procedendo, distanciam mais as crianças negras de sua identidade e do próprio gênero. Embora a literatura infantil não seja suficiente para a construção positiva da identidade étnico-racial da criança negra, mas, considerado o seu poder como instrumento de humanização na formação da consciência, parece ser importante a reconfiguração de sua criação para incorporar negros e crianças negras como protagonistas. (2013, p. 1170 -1171)

Tentando contrapor esse contexto na literatura brasileira, buscou-se nas livrarias do centro cidade livros infanto-juvenis os quais os personagens principais fossem negros com a finalidade de apresentar esse material aos alunos e alunas a fim de possibilitar o acesso de maior diversidade cultural em relação as características físicas do herói e da heroína juvenis. Para pardos e negros, haveria então uma maior probabilidade de se identificar com estes livros do que com os outros, que colocam os personagens negros como secundários, e assim, empoderar-se da sua condição étnica. Ainda que com alguma dificuldade, pode-se garimpar os livros: “As batidas de Okan” de Rosane Castro, “Akissi” e “Aya de Yopoung” de Marguerite Abouet, “Super-eu” de Elisa Bullard e “Lulu adora histórias” de Anna Mcquin. Pesquisando sobre o assunto, soube-se que haviam mais livros disponíveis nas editoras, como: “Menina bonita do laço de fita” de Ana Maria Machado, “Chico Juba” de Gustavo Gaiyota, “As tranças de Bintou” de Sylviane Anna Diouf, “O Menino Marrom” de Ziraldo, “Dandara e a princesa perdida” de Maíra Suertegaray, “Minha família colorida” de Georgina Martins, “Os novos pentes da África” de Cidinha da Silva, “Pretinha de Neve e os Sete Gigantes” de Rubem Filho e Tumbu de Marconi Legal. Mesmo assim não é fácil encontrá-los, porque suas tiragens são baixas em relação à hegemonia dos livros com personagens brancos, todavia pode-se dizer que atualmente as livrarias virtuais ajudam bastante nesse processo.

Nesse sentido, trabalhar com os sites disponíveis sobre a cultura afro é grande valia para os professores que desejam se apropriar dos simbolismos próprios da cultura afro e propor a reflexão aos seus alunos e alunas. Para além dos livros, pode-se trabalhar com imagens, charges, histórias fictícias e discussões atuais propostas em site que falam sobre cultura afro e subsidiam professores de materiais para problematizar em sala de aula aspectos

⁷ Esse vídeo é representativo das conseqüências das propagandas de bonecas brancas levando meninos e meninas negros a se referenciar pelo padrão de beleza branco, podendo afetar sua auto estima, o link é <https://www.youtube.com/watch?v=XyilexcWbSE>

⁸ Como a Xuxa, Eliana, Angélica, etc;

⁹ Como a Cinderela, a Bela Adormecida, a Branca de Neve, Rapuzel, Ariel, etc.

da cultura afro. Um desses sites didáticos voltado para ajudar os professores, é o “A cor da cultura”, produzido pela Fundação Roberto Marinho¹⁰ e permite a aproximação com vídeos, artigos e músicas que valorizam a cultura afrodescendentes.

Nessa mesma linha, mas mais crítico e provocativo é o site “Geledés”, que é produzido pelo Instituto da Mulher Negra¹¹ e convida o leitor para acessar conteúdos de empoderamento para população negra. Por último, o “Negras Blogueiras”¹², que apresenta o material produzido por mulheres negras, muitas delas ativistas, e possibilitam acessar um material que denuncia a discriminação étnica sofrida. A ideia é a trazer a narrativa do próprio negro que pensa sua condição, reflete sobre o contexto de discriminação, questiona o discurso hegemônico e propõe medidas de enfrentamento para a desigualdade étnico-racial. Em sala de aula essas vozes reverberam e convocam os adolescentes a se posicionar sobre essa temática a partir, e a desnaturalizar o discurso que favorece a que tem a pele de determinada cor.

Um dos subsídios para resgatar a questão da vinda dos negros ao Rio Grande do Sul e também para preparação de aula foi a participação no “Curso de Formação para Professores Educação Patrimonial e Cidadania: história da escravidão e da liberdade no Rio Grande do Sul”, promovido pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul, permitindo construir através de imagens em slides a problematização da situação social dos negros em comparação dos brancos, como na imagem abaixo¹³ :



Sem cair numa relação determinismo geográfico mostrar que o modo de chegada ao Brasil dos europeus e dos negros escravizados do continente africano também acompanharam o modo de urbanização das periferias das cidades brasileiras, levando os muitos desses negros libertos aos bairros mais isolados dos centros da cidade, sem o mesmo acesso à educação, saúde e segurança. Entretanto é preciso lembrar que nem todos os negros vieram na condição de escravos para o Brasil, e muitos deles conseguiram comprar suas alforrias após a estadia no

¹⁰ Link: <http://www.acordacultura.org.br/>

¹¹ Link: <http://www.geledes.org.br/>

¹² Link: <http://blogueirasnegras.org/>

¹³ Link: <http://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/#gs.rb50pcs>

Brasil. Um destaque foi engenheiro André Rebouças, que era brasileiro, negro e tinha relações pessoais com o Imperador Dom Pedro II durante na segunda metade do século XIX. Mesmo assim, a grande maioria dos negros no Brasil passou por sufoco durante muito tempo para somente após a abolição da escravatura conquistar a liberdade. Essa liberdade era uma liberdade entre aspas, já que durante mais de 300 anos os negros foram percebidos como menos humanos que os brancos. Para se manter numa sociedade capitalista era preciso trabalhar, estudar e ter outras condições que permitissem ascender socialmente, entretanto a visão preconceituosa da nossa sociedade se sobrepôs a auto-estima desses fazendo com que o esforço para conquista os mesmo direitos que os descendentes dos europeus fossem sobrehumanos.

Nesse contexto claro de injustiça histórica, é que surgem as políticas reparatórias e ações afirmativas para a população negra, sendo que a política de cotas raciais nas universidades é um marco bastante significativo desta luta. Por isso, fazer um debate ou até mesmo um júri em sala de aula sobre as cotas raciais na universidade com os alunos e alunas do Ensino Médio é instigante e desafiador. Dividir a turma entre “quem é a favor” e “quem é contra”, sendo o professor o mediador, é um exercício de argumentação contra-argumentação, a qual é preciso compreender a realidade, o contexto histórico, ter noção de justiça social e ainda respeitar as regras do debate. No final, não importa quem ganha, mas importa que as duas posições conheça bem seus argumentos e do seu oponente para se posicionar sobre a questão das cotas com propriedade.

Ao longo de um trabalho de cinco semanas com essas propostas pedagógicas espera-se que os estudantes conheçam o que está em jogo na discussão sobre a questão racial no Brasil e que se posicione com argumentos subsidiados pelas reflexões propostas, além de construir suas próprias problematizações da discriminação da população negra. Longe de encerrar, convoca-se que o aluno e a aluna para perceber no seu cotidiano como esse é assunto atual e como sua visão também pode contribuir para reforçar esses estereótipos. Com o objetivo de trazer outra visão sobre a cultura afrodescendentes esse trabalho de sensibilização é realizado.

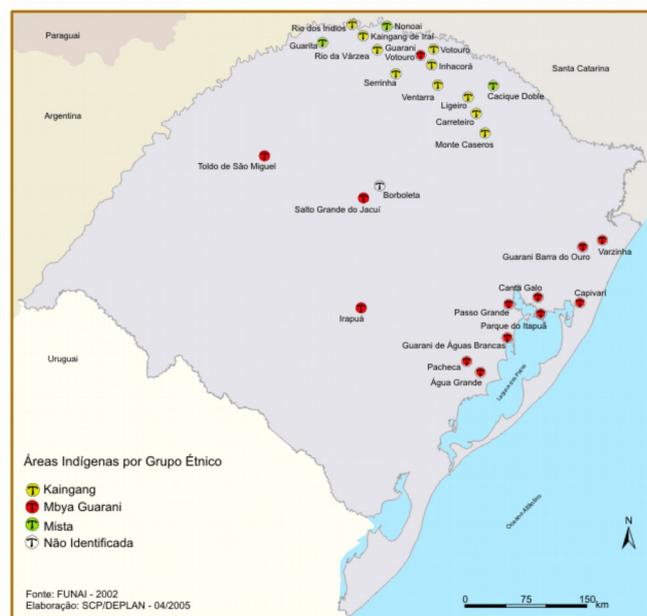
Proposta pedagógica para a cultura indígena

O primeiro questionamento é “Como você pensa que é um índio?”, “Você acha que ainda existem índios?” e “Você já teve contato com os índios” a fim de provocar os que os estudantes conhecem sobre o assunto. Ali é possível explorar alguns estereótipos que os estudantes trazem em relação a cultura indígena: eles andam pelados, se pintam, usam cocar,

caçam para comer, podem ser canibais, tem cabelo preto curto e olhos puxados, moram em ocas, vivem no mato e estão isolados, não tem acesso à tecnologia, são preguiçosos para o trabalho, mendigam nas grandes cidades, etc. A partir daí pode-se começar um trabalho de desconstrução desse estereótipo trazendo a complexidade do que é ser índio e sua história.

Cabe enfatizar que, segundo o IBGE, temos 817 mil se autodeclararam indígenas, representa 0,4% da população com 305 etnias e 274 línguas indígenas evidenciando a pluralidade das configurações de viver como indígena no nosso país. Como o contexto de estudo é o Rio Grande do Sul, apreende-se que temos atualmente 32.989 indígenas: 13.820 em centros urbanos e 19.169 em terras indígenas. A Funasa (Fundação Nacional de Saúde) contabiliza em 2010 uma população de 19.636 pessoas em terras indígenas no estado, sendo 17.515 da etnia Kaingang e 2.121 Guarani (Ñandeva e Mbya). Mostrar onde se localizam também é bastante importante:

Mapa – Índios



Para sensibilizar ainda mais, pode-se passar o documentário “Os seres da mata e suas vidas como animais”¹⁴ que legitimam o processo de feitura dos artesanatos indígenas como próprios de sua cultura. Ali se apresenta como são feitos os animalzinhos de madeira, que

¹⁴ Porto Alegre, 2010. 27min. Direção: Rafael Devos. Roteiro: Vherá Poty, Rafael Devos e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Etnografia Visual: Rafael Devos. Etnografia Sonora: Viviane Vedana. Edição: Rafael Devos e Viviana Vedana. Tradução Mbyá-Português: Vherá Poty. Produção Executiva: Anelise Gutterres. Assistente de Produção: Inara Moraes / Produção: Ocuspocus Imagens. Realização: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Secretaria Municipal de Direitos Humanos - Núcleo de Políticas Públicas com Povos Indígenas. Link <https://vimeo.com/16341930>

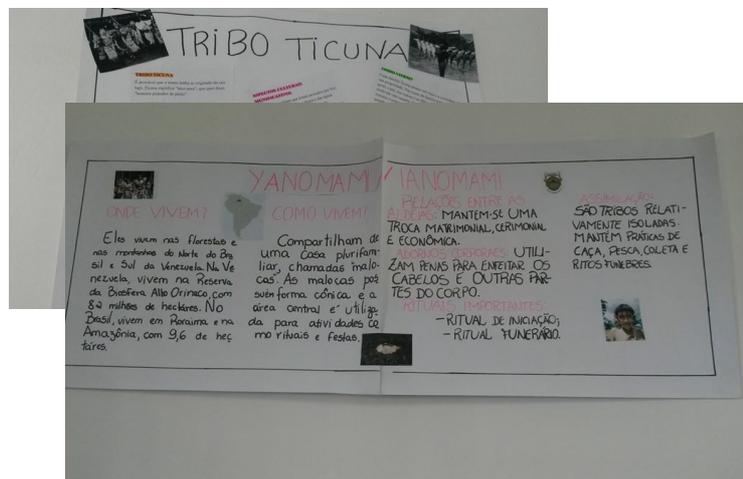
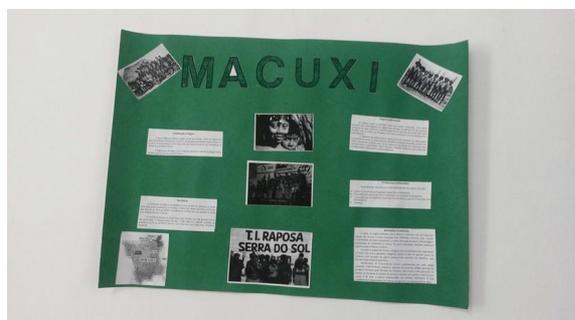
representam os ancestrais desses índios, as cestas trançadas pelas mulheres, e os colares com miçangas colhidas das árvores da aldeia e mostra o cotidiano de produção de cultura indígena dos índios dos Guarani, no Canta Galo em Viamão/RS. As imagens da aldeia mostram os mais novos em volta dos mais velhos, sentados em trocos de madeira, enquanto escutam suas histórias e cultuam suas tradições de estar em roda e reforçar os mitos de fundação da própria tribo. As apresentações desses índios nos capital gaúcha também desmistifica a precariedade de sua ação e conduz a explicitação da sua cultura entre “os brancos”, o que lhes permite manter a sobrevivência no mundo capitalista a partir do que ganham com as apresentações nos espaços públicos. Nesse momento, muitos alunos e alunas dizem já ter visto as apresentações no centro da cidade.

Essa aproximação do olhar do estudante para com o Outro, é também uma forma de sensibilizar sobre as condições e vivências indígenas, sua produção cultural e até a compreensão de que apesar de estarem nos centros urbanos há diferença entre o modo de vida deles e dos brancos, e precisamos estar atentos. Essa compreensão permite um cuidado, diferente da indiferença dispensada atualmente. Após o vídeo pede-se um trabalho individual com os seguintes dizeres “Assista o documentário “Os seres da mata e suas vidas como pessoas” e produza um texto de no máximo 20 linhas, com suas palavras, sobre o que te chamou a atenção na cultura indígena. A ideia é que você possa relativizar culturalmente comparando alguns elementos da sua identidade cultural com a identidade indígena e até mesmo perceber os elementos assimilados por essas culturas”. Os relatos revelam os olhares perspicazes dos alunos e alunas, e levantam aspectos comparativos entre as culturas.

Para solidificar essa sensibilização a estratégia usada é colocá-los em contato direto com a produção de artesanatos indígenas. A partir da Fundação de Amparo à Pesquisa e a Extensão Universitária (FAPEU), responsável pela execução do PBAi – BR 166/RS, que tem como empreendedor o DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte), é possível acessar esses artesanatos. Doam-se os animalzinhos, cestas, maracás e colares a partir de uma atividade de compensação ambiental devido os impactos causados pela duplicação da BR 116/RS, no Rio Grande do Sul, às comunidade indígenas Mbyá-Guarani, uma vez que estão suprimidos de vender nos acostamentos da BR. Logo, os artesanatos são comprados por valores combinados com a comunidade indígena e distribuídos através da rede escolar. Os objetivos dessa ação é democratizar a arte e o modo de fazer indígena, incentivar a diversidade cultural, sensibilizar os diferentes atores locais para a importância do patrimônio indígena e valorizar a produção artesanal Mbyá-Guarani.



E ainda no sentido de trazer a complexidade da cultura indígena que extrapolem as fronteiras do Rio Grande do Sul, propõe-se aos estudantes o trabalho coletivo, no qual eles são desafiados a pesquisar em grupo e “Escolher uma das tribos indígenas abaixo e fazer um cartaz para apresentar. Ali deve conter: Onde vivem? Como vivem? Quais aspectos culturais significativos? Ali há bastante assimilação? Fale de um ritual importante nessa tribo e coloque bastante fotos sobre eles. Vocês terão 8 minutos para apresentar!”. As tribos escolhidas são aquelas que possuem maior população e que sejam de outros estados, como os Terena, os Ticuna, os Macuxi, os Yanomami, etc. Assim, como podemos ver alguns trabalhos abaixo:



Essa aproximação com a cultura indígena, numa escola de caráter rural, permite aprofundar o que se conhece sobre cultura indígena e também implicar os estudantes nessa questão, ainda conflituosa na área do campo, a qual o índio muitas vezes aparece como “invasor, agressivos e assassinos”¹⁵. Aqui também não se trata de vitimizar a cultura indígena, mas de apresentar o outro lado da questão, afinal de contas, quem descobriu o Brasil

¹⁵ Reportagem sobre “Índios com armas e flechas invadem fazenda e amarram e agridem família” no link: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/08/indios-com-armas-e-flechas-invadem-fazenda-e-amarram-e-agridem-familia.html>

certamente não foi Cabral. Desde modo, como diz Melià, o estudo da cultura indígena pode sensibilizar os estudantes, e ser talvez a solução da educação, já que segundo ele: “A alteridade indígena como fruto da ação pedagógica não só manterá sua diferença, mas também poderá contribuir para que haja um mundo mais humano de pessoas livres na sua alteridade.” (1999).

Conclusão

Assim, esse trabalho monográfico buscou refletir sobre as propostas pedagógicas para o ensino da cultura indígena e cultura afro-brasileira no Ensino Médio a partir da disciplina de Sociologia ministrada numa escola do interior do Rio Grande do Sul. Não tanto na perspectiva da recepção dos estudantes, mas mais pelas sugestões de materiais para trabalhar em aula e despertar o interesse e o conhecimento sobre a cultura indígena. Apesar de iniciada produção de livros didáticos para trabalhar o conteúdo da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08¹⁶, ainda precisamos nos esmerar mais nessa área.

Mais do que dizer “sobre” a cultura do Outro devemos mergulhar nas vivências e cotidiano de culturas ainda percebidas como minorias, ou ainda, menores. Os apelos dos materiais audiovisuais se constituem como aliado fundamental na proposta pedagógica, juntamente com a pesquisa e o trabalho coletivo, principalmente na disciplina de Sociologia, que tem poucos períodos por semana na carga horária. Elevar o patamar dessas culturas para pensar a formação da identidade cultural é uma estratégia importante para refletir qual a cara do Brasil.

Sendo assim, não só temos que “resgatar as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”, como diz a Lei 11.645/08, mas também adentrar na complexidade de cada cultura para conhecer e compreender a sua totalidade para além da contribuição nacional.

REFERÊNCIAS

ARENA, Dagoberto Buim; LOPES, Naiane Rufino. PNBE 2010: personagens negros como protagonistas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1147-1173, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n4/08.pdf>

¹⁶ Pode-se citar o livro distribuído na rede pública de Porto Alegre “Sociedade em Construção” de J.A Tiradentes e Denise Rampazzo da Silva da Gráfica e Editora Direção, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Orientações curriculares do ensino médio. Brasília, DF, 2004

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 51 ed. São Paulo: Global, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986. 116 p.

MELIÀ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. Cadernos Cedes. ano XIX, nº 49. 1999

SARANDY, Flávio. O trabalho com temas e conteúdos no ensino de Sociologia. (Org.) Fagner Carniel e Samara Feitosa. **A sociologia em sala de aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas**. Curitiba: Base Editorial, 2012.

TEIXEIRA, Mariana Lima. “Vista Minha Pele”: **A alteridade etnicorracial em Solar do Príncipes de Marcelino Freire**. 2012. Disponível em: http://www.uneb.br/xique-xique/dcht/files/2012/08/Vista_minha_pele-Maiana_Teixeira.pdf . Acesso 21 jun 2014.

THOMAZI, A. R. G.; ASINELI, T. M. T. **Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas**. Educar, Curitiba, n. 35, p. 181-195, 2009. Editora UFPR. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a14.pdf>